

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Outubro/2016 (Dados de Agosto/2016)



Desempenho Fiscal

A União acumulou até agosto déficit primário de R\$ 68,5 bilhões, o maior da série histórica divulgada pelo Bacen. Embora sua trajetória aponte para o cumprimento da meta, o resultado evidencia o desequilíbrio fiscal das contas públicas. Com o intuito de conter a expansão do gasto público e reestabelecer a sustentabilidade da dívida pública, o PLDO para 2017 prevê limitação da despesa primária da União em linha com a PEC 241/2016, que propõe Novo Regime Fiscal para a União.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO ORIGINAL	LDO ATUAL	
	EM AGOSTO	ATÉ AGOSTO	META DO ANO	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	-22,2	-58,9	30,6	-163,9	-105,0
União	-22,1	-68,5	24,0	-170,5	-102,0
Governo Central	-22,1	-68,0	24,0	-170,5	-102,5
Empresas Estatais	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,5
Estados e Municípios	-0,1	9,6	6,6	6,6	-3,0

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

Até agosto de 2016, o resultado primário da União foi deficitário em R\$ 68,5 bilhões, o maior déficit da série histórica divulgada pelo Banco Central, iniciada em 2002. No mês, o déficit foi de R\$ 22,1 bilhões.

A inexecução da meta anual original de superávit de R\$ 24,0 bilhões motivou o Poder Executivo a enviar ao Congresso Nacional, em março de 2016, proposta de alteração da LDO (PLN 1/2016), que, por meio do mecanismo de deduções, possibilitaria a ocorrência de déficit de até R\$ 96,6 bilhões. Em maio, o Executivo solicitou nova alteração da meta para déficit de R\$ 170,5 bilhões, tendo em vista a persistência do cenário de deterioração econômica. Referida proposta, aprovada pelo Congresso, resultou na Lei 13.291, de 25 de maio de 2016.

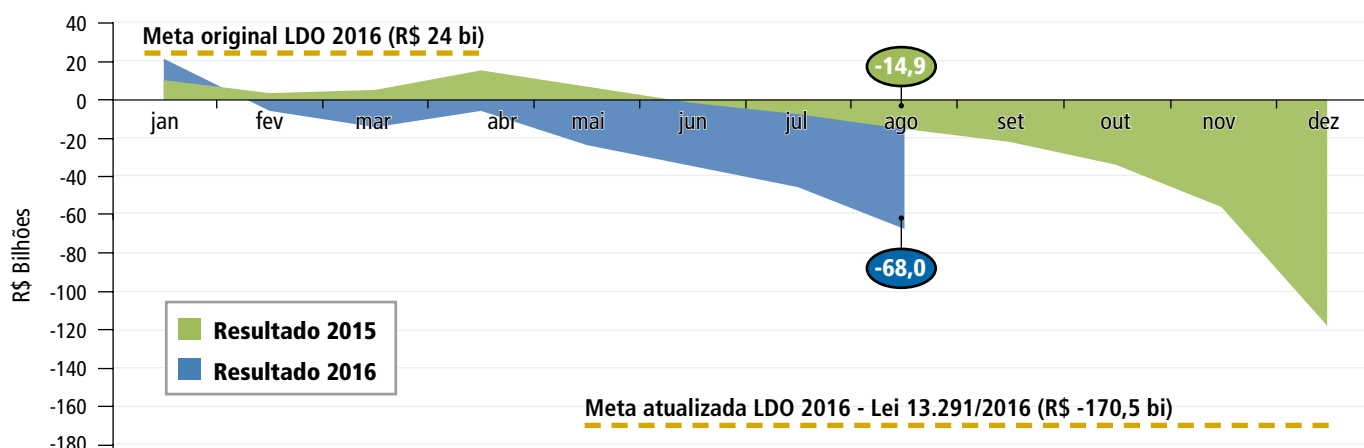
A projeção do mercado tem piorado mensalmente, mas ainda aponta para desequilíbrio fiscal inferior à nova meta estipulada. Segundo o relatório Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda de setembro, a mediana das expectativas de mercado indica déficit primário do governo central de R\$ 160,4 bilhões em 2016.

Ainda que compatíveis com a meta, elevados e recorrentes déficits fiscais podem comprometer o equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Com o intuito de conter o crescimento do gasto público e recuperar a sustentabilidade do endividamento estatal, o governo enviou ao Congresso a PEC 241/2016, com a proposta de Novo Regime Fiscal (NRF), centrado na contenção do ritmo de crescimento da despesa primária total de cada Poder e órgão autônomo da União. Para 2017, esse limite equivaleria ao somatório das despesas primárias pagas em 2016 corrigido pela variação do IPCA deste mesmo ano. Para os anos seguintes, o limite seria o referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pelo IPCA também do exercício anterior.

Embora a PEC 241/2016 ainda se encontre em estágio inicial de tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (PLN 2/2016), na forma do texto aprovado em 24/8/2016, já prevê a limitação global de despesas primárias da União para 2017 nos termos gerais do Novo Regime Fiscal proposto pelo Poder Executivo.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



Fonte: Banco Central

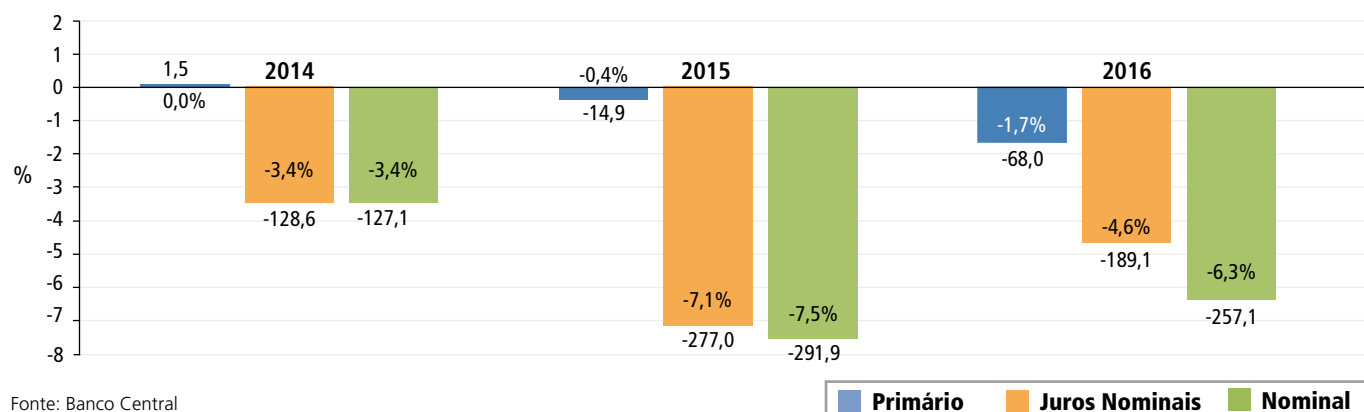
Em agosto de 2016, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais – apresentou déficit primário de R\$ 22,1 bilhões, contra R\$ 6,9 bilhões no mesmo mês de 2015. Até o 4º bimestre, o governo central acumulou resultado deficitário

de R\$ 68,0 bilhões (1,7% do PIB), contra déficit de R\$ 14,9 bilhões (0,4% do PIB) em 2015.

É acentuada, portanto, a deterioração do resultado primário em 2016 relativamente a 2015.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Ago (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

O resultado nominal do governo central até agosto de 2016 foi deficitário em R\$ 257,1 bilhões (6,3% do PIB). Em 2015, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 291,9 bilhões (7,5% do PIB).

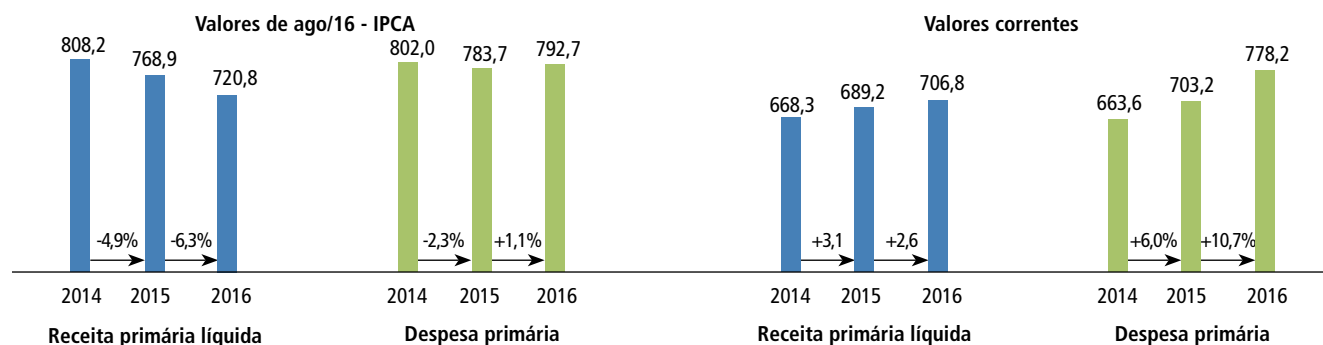
Essa melhora do resultado nominal é explicada pela redução dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 189,1 bilhões (4,6% do PIB) até agosto deste ano, contra R\$ 277,0 bilhões (7,1% do PIB) no mesmo período de 2015. A redução se deve, em grande medida, ao resul-

tado favorável de R\$ 72,1 bilhões nas operações de swap cambial até agosto de 2016.

Ainda assim, a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, tendo em vista o crescimento recente do estoque da dívida e o elevado nível das taxas de juros. O relatório de mercado Focus, de 30/9/2016, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 7,2% em 2016, acima, portanto, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Ago (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 6,3% até agosto de 2016, frente ao mesmo período do ano anterior. A despesa primária, por sua vez, teve aumento real no mesmo período de 1,1%.

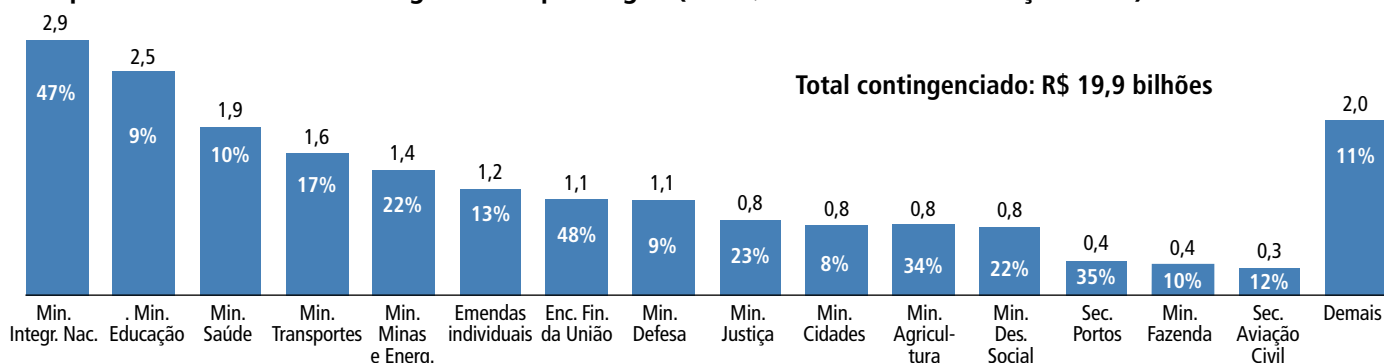
A receita primária tem sido fortemente impactada pela queda da atividade econômica e da massa salarial, tendo-se verificado queda real de 8,0% até agosto de 2016, comparativamente ao mesmo período de 2015. Os tributos que sofreram as maiores quedas no acumulado do ano foram: imposto de renda (-4,7%), Cofins (-6,5%), imposto de importação (-26,9%), IPI (-22,2%), além das contribuições para a Previdência Social (-6,7%). Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento de R\$ 15,4 bilhões no recolhimento de receitas de concessões e permissões relativas a bônus de outorga oriundo do leilão de 29 usinas hidrelétricas no final de 2015.

Pelo lado da despesa, algumas rubricas contribuíram fortemente para o resultado primário deficitário, com elevações reais até agosto deste ano, frente a igual período de 2015, são elas: benefícios previdenciários (7,6%); abono e seguro desemprego (17,6%); subsídios, subvenções e Proagro (24,2%). Por outro lado, compensaram parcialmente esses aumentos as reduções reais em despesas discricionárias (-6,0%), com Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (-28,8%), com pessoal e encargos sociais (-3,1%) e no Fundo Constitucional do Distrito Federal (-86,3%).

Contudo, a redução de despesas discricionárias não mais se configura como opção para compensar o crescimento das despesas obrigatórias. A despesa discricionária de janeiro a agosto de 2016 (R\$ 172,4 bilhões) está em patamar inferior, em termos reais, ao registrado no mesmo período em 2012 (R\$ 181,3 bilhões).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decretos 8.824/2016 e 8.864/2016 e Siga Brasil. Obs.: O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 13% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,0 bilhões). Considerado este valor, o contingenciamento foi de R\$ 192,7 milhões (2%).

Até o 3º bimestre, a necessidade de contingenciamento do Poder Executivo foi de R\$ 19,0 bilhões, ou 13,9% da dotação atualizada para despesas discricionárias até aquele período.

No 4º bimestre, o Poder Executivo informou ampliação de R\$ 1.722,2 milhões na estimativa da receita primária líquida para 2016, especialmente influenciada pela incorporação de montantes já declarados no Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, relativo à repatriação de

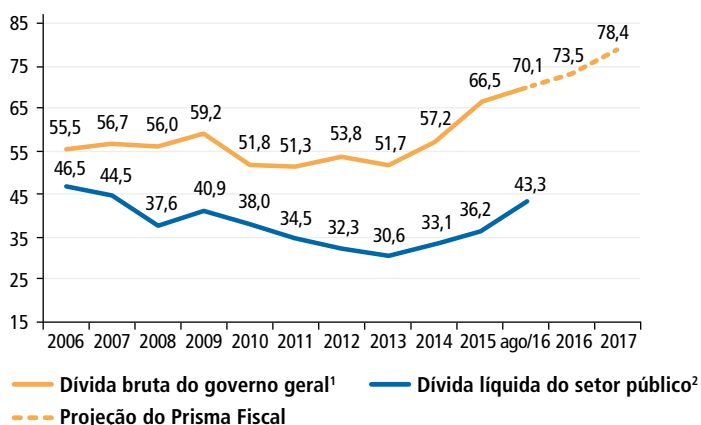
ativos. Pelo lado da despesa, identificou acréscimo líquido de despesas obrigatórias de R\$ 541,1 milhões. Como resultado, houve possibilidade de ampliação dos limites para empenho de R\$ 1.181,1 milhões para todos os poderes e órgãos, sendo R\$ 1.178,9 milhões para aquele poder.

No entanto, o Poder Executivo ampliou apenas o limite para empenho relativo às emendas individuais (R\$ 67,6 milhões)

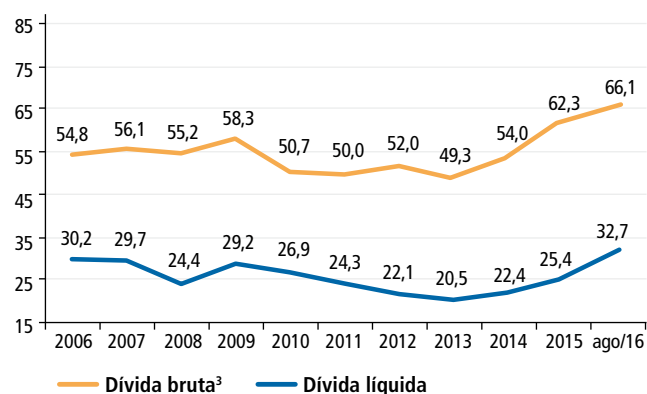
e decidiu recompor a reserva financeira para absorção de riscos fiscais com o recurso restante (R\$ 1.111,3 milhões), sem alteração, portanto, dos demais limites divulgados no Decreto 8.824, de 29/7/2016. Com isso, o contingenciamento resultante foi de R\$ 19,9 bilhões, ou 14,5% da dotação atualizada de R\$ 137,9 bilhões para despesas discricionárias

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a ago/2016



Governo Federal - 2006 a ago/2016



Fonte: Banco Central e Prisma Fiscal. ¹ A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. ² A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. ³ A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral cresceu 3,6 p.p. até agosto de 2016 (ante dezembro de 2015) e atingiu 70,1% do PIB (R\$ 4,3 trilhões). O acréscimo no período foi influenciado pela elevação da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional e das operações compromissadas do Banco Central, que corresponderam, respectivamente, a 46,3% e 18,3% do PIB, em agosto, frente a 44,7% e 15,5% do PIB em dezembro de 2015. A deterioração do resultado primário e a persistência do impacto dos juros no resultado nominal aumentam o risco de descontrole da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de setembro, deve alcançar 73,5% do PIB ao final deste ano e 78,4% do PIB em 2017.

A dívida líquida do setor público também manteve trajetória ascendente no ano, com ritmo mais acentuado em re-

lação ao período de 2013 a 2015, tendo atingido 43,3% do PIB (R\$ 2,6 trilhões). A ampliação de 7,1 p.p. até agosto de 2016 é explicada principalmente pelos efeitos dos juros nominais, da variação cambial de 17% no período e do resultado primário.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 3,8 p.p. até agosto e alcançou 66,1% do PIB (R\$ 4,0 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 7,3 p.p. no período e chegou a 32,7% do PIB (R\$ 2,0 trilhões). Assim, mesmo com a alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (por força da Lei 13.291/2016), o montante da dívida líquida do governo federal já se encontra acima do previsto nessa lei para o final do exercício (R\$ 1,87 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Júlia Alves Marinho Rodrigues
 Maria Emília Miranda Pureza
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Tiago Mota Avelar Almeida
 Túlio Cambraia

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal